

Citycar Aluguel de Veículos S.A.

Santa Cruz do Sul – RS

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais

A Companhia tem por objeto social as atividades de locação de veículos automotores e equipamentos e outros meios de transporte, sem condutor.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de abril de 2022.

Incorporação Locadora de Veículos Centro Serra Ltda.

Conforme disposto em ATA da Assembléia Geral Extraordinária com data em 30 de setembro de 2021 foi realizada alteração e consolidação do contrato social da Companhia, sendo aprovada a incorporação da Sociedade Locadora de Veículos Centro Serra Ltda. (“Centro Serra”) pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Como resultado desta incorporação, a Centro Serra foi extinta de pleno direito e a Sociedade tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido da Centro Serra foi avaliado em 30 de setembro de 2021, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 9.175, para Fins de Incorporação. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativo Circulante	798.025,07	Passivo Circulante	2.790.677,85
Disponibilidade	9.408,26	Fornecedores	98.999,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.408,26	Instituições Financeiras - CP	2.063.392,60
		Obrigações Sociais e Trabalhistas	73.748,77
		Obrigações Fiscais e Tributárias	59.149,20
Direitos Realizáveis	788.616,81	Provisões para Férias e 13ª Salário	112.364,14
Contas Receber de Clientes	533.957,89	Adiantamento de Clientes	2.823,72
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	11.883,11	Consórcios a Pagar	357.200,28
Tributos a Recuperar	181.220,19	Outras Obrigações	23.000,00
Outros Direitos Realizáveis	61.555,62		
		Passivo Não Circulante	6.881.225,29
Ativo Não Circulante	18.049.094,62	Instituições Financeiras - LP	6.881.225,29
Realizável Longo Prazo	15.168.784,97		
AFAC	15.095.460,20	Patrimônio Líquido	9.175.216,55
Investimentos	73.324,77	Capital Social	5.000.000,00
		Reservas	2.419.028,55
		Lucros/Prejuízos Acumulados	0,00
Imobilizado	2.880.309,65	Ágio na Subscrição de Ações	1.756.188,00
Ativo Total	<u>18.847.119,69</u>	Passivo Total	<u>18.847.119,69</u>

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo:

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Encargos Financeiros Líquidos".

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa "5"), nessa classificação.

- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

- Passivos Financeiros

A Companhia mantém derivativos para fins especulativos, contudo não possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado com Instrumentos Financeiros" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Carros em Desativação para Renovação da Frota

São classificados como “carros em desativação para renovação da frota” os carros cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo. Essa condição é considerada atendida quando: (i) os carros estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Administração está comprometida com a venda dos carros desativados do imobilizado; (iii) os carros são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação.

Os carros em desativação para renovação da frota são apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como “carros em desativação para renovação da frota”.

Para fins de classificação como “carros em desativação para renovação da frota” para os veículos com contrato firmado a pessoas jurídicas, todos os carros devolvidos pelos clientes são classificados como “carros em desativação para renovação da frota”, uma vez que a Administração não possui expectativa de alugá-los novamente, conforme mencionado na nota explicativa “8”.

2.5 Investimentos

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, conforme mencionado na nota explicativa “9”.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa “10”.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.7 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

Impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.8 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

2.9 Regime de Tributação

A Companhia é tributada com base no Lucro Real Trimestral.

2.10 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco Cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Caixa e Bancos	674	191
Aplicação de Liquidação Imediata	17.860	334
	<u>18.534</u>	<u>525</u>

Nota 6. Clientes a Receber

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Duplicatas a Receber	2.535	2.065
Contratos Ativos	-	-
Cheques a Compensar	-	621
	<u>2.535</u>	<u>2.686</u>

Nota 7. Tributos a Recuperar

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Cofins a recuperar	611	61
Pis a recuperar	134	13
IRRF a recuperar	252	95
IRPJ a Recuperar - Saldo negativo	574	350
CSLL a Recuperar - Saldo negativo	191	110
	<u>1.762</u>	<u>629</u>

Nota 8. Carros em Desativação para Renovação da Frota

Os carros em desativação para renovação da frota são apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como “carros em desativação para renovação da frota”. O valor em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 87.667 (R\$ 46.137, em 31 de dezembro de 2020).

Nota 9. Investimentos

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, conforme apresentado abaixo:

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Cota de Capital Sicredi	66	33
	<u>66</u>	<u>33</u>

Nota 10. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

Imobilizado	Taxa Depreciação	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	31 de	31 de
				Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
				Valor Residual	Valor Residual
Benfeitorias Imóveis e Terceiros	4%	251	(195)	56	46
Veículos de Uso	20%	168.025	(42.001)	126.024	41.209
Móveis e Utensílios	10%	77	(41)	36	14
Instalações	10%	21	(15)	6	2
Programas de Informática e Computadores	20%	233	(54)	179	8
Máquinas e Equipamentos	10%	137	(61)	76	-
		<u>168.744</u>	<u>(42.367)</u>	<u>126.377</u>	<u>41.279</u>

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021:

Imobilizado	31 de	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31 de
	Dezembro de 2020			Desativação de Frotas		Dezembro de 2021
Benfeitorias Imóveis e Terceiros	46	76	(47)	-	(19)	56
Veículos de Uso	41.209	196.221	(34.222)	(41.530)	(35.654)	126.024
Móveis e Utensílios	14	45	(17)	-	(6)	36
Instalações	2	14	(8)	-	(2)	6
Programas de Informática e Computadores	8	214	(34)	-	(9)	179
Máquinas e Equipamentos	-	137	(57)	-	(4)	76
	<u>41.279</u>	<u>196.707</u>	<u>(34.385)</u>	<u>(41.530)</u>	<u>(35.694)</u>	<u>126.377</u>

Nota 11. Fornecedores

A companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante, (com prazo de vencimento em até 12 meses). Em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 13.066 (R\$ 2.323, em 31 de dezembro de 2020).

Nota 12. Instituições Financeiras

	31 de		31 de	
	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Alfa	9.310	6.203	3.897	6.179
Banco Bradesco	3.785	7.961	557	426
Banco Itaú	605	2.495	3.472	2.515
Banco PSA	148	22	381	152
Banco Santander	6.963	62.448	11.096	22.425
Banco Sicredi	586	6.569	4.169	4.503
Banco Toyota	6	-	113	-
Banco Finance BMC	-	-	122	-
Banco do Brasil	207	18.870	2.925	11.998
Banco RCI	3.519	1.851	-	-
Banco GM	11.878	40.731	-	-
	<u>37.007</u>	<u>147.150</u>	<u>26.732</u>	<u>48.198</u>

Nota 13. Consórcios a Pagar

	31 de Dezembro de 2021		31 de Dezembro de 2020	
	Circulante	Não	Circulante	Não
		Circulante		Circulante
Consórcio Itaú	-	-	-	-
Adm. de Consórcio Sicredi	19	-	17	30
BRQaly Adm. de Consórcios	-	-	675	-
Consórcio Nacional Ford	444	584	866	667
	<u>463</u>	<u>584</u>	<u>1.558</u>	<u>697</u>

Nota 14. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
IRPJ a recolher	63	226
CSLL a recolher	41	94
Cofins a recolher	55	54
ISS a recolher	1	-
Pis a recolher	12	12
CSRF a Recolher	7	-
	<u>179</u>	<u>386</u>

Nota 15. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Salários a Pagar	189	47
FGTS a Pagar	21	4
INSS a Pagar	80	28
IRRF a Pagar	50	6
	<u>340</u>	<u>85</u>

Nota 16. Provisões para Férias e Encargos

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Férias a Pagar	190	153
FGTS sobre Férias a Pagar	15	16
INSS sobre Férias a Pagar	51	53
Décimo Terceiro Salário a Pagar	71	-
FGTS sobre Décimo Terceiro a Pagar	6	-
INSS sobre Décimo Terceiro a Pagar	35	-
	<u>368</u>	<u>222</u>

Nota 17. Adiantamentos de Clientes

Referem-se aos adiantamentos de clientes no curso normal de suas operações, representando R\$ 19.499, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 947, em 31 de dezembro de 2020).

Nota 18. Patrimônio LíquidoCapital social

O capital social está totalmente subscrito e integralizado, compostos 10.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias e nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma pertencentes a sócios domiciliados no país.

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Capital Social (*)	10.000	5.000
	<u>10.000</u>	<u>5.000</u>

(*) Aumento Capital Social devido Incorporação da empresa Locadora de Veículos Centro Serra Ltda.

Reservas de Capital - Ágio na Subscrição de Ações

Resultante da emissão das novas ações emitidas e adquiridas pela Sponchiado Participações S.A.

Reservas de Lucros

O saldo da conta de Lucros Acumulados será destinado à Reservas de Lucros a Disposição dos Quotistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.

Reservas de Lucros - Reserva Legal

Calculada nos termos do artigo nº 193, da Lei nº 6.404/76, à razão de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido do Exercício, limitado a 30% do Capital Social da Companhia.

Nota 19. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Receita Operacional Bruta		
Locação de Veículos	42.273	19.793
(-) Deduções		
Impostos e Contribuições	(3.547)	(1.653)
Receita Operacional Líquida	<u>38.726</u>	<u>18.140</u>

Nota 20. Encargos Financeiros Líquidos

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
(+) Receitas Financeiras		
Juros Auferidos	41	28
Rendimentos de Aplicação Financeira	650	107
Descontos Obtidos	17	2
(-) Despesas Financeiras		
Juros e Multas Pagos	(7.546)	(2.470)
Despesas Bancárias	(75)	(45)
Descontos Concedidos	(1)	-
IOF	(278)	(58)
Outras Despesas Financeiras	(21)	(10)
	<u>(7.213)</u>	<u>(2.446)</u>

Nota 21. Provisões p/Contingências

Referem-se às provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis com probabilidade de perdas “prováveis”, as quais devem ser reconhecidas na contabilidade, e para as perdas com probabilidade “possíveis”, devem ser divulgadas em nota explicativa. Baseados nas estimativas dos assessores jurídicos da sociedade em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas ações em andamento que necessitassem o reconhecimento contábil ou a divulgação em nota explicativa.

Nota 22. Seguros (Não Auditados)

Os veículos reconhecidos como imobilizado destinados a locação estão segurados, pelos locatários, em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.